

FH entre a inocência e o exagero



**O governo,
como
caranguejo,
anda para
os lados
e para trás**

Fernando Henrique Cardoso tem temperado seu perfil de presidente com dois molhos: o de político experimentado e o de sociólogo bem nutrido de teorias. Ele usa os dois temperos para administrar a política. O primeiro serve para apaziguar as forças que lhe dão sustentação e o segundo, para corrigir conceitos que considera ultrapassados. Ambos são usados com intensidade. FH argumenta com

verve gostar, ele mesmo, de coordenar o setor político, e não perde um discurso em solenidade. De tanto falar, acaba exagerando na dose, como no caso do "neo-social", nova roupa que arranjou para vestir o segundo ciclo de seu governo.

A preocupação de FH em dar respostas a rótulos evidencia um dos principais aspectos negativos da administração: o excesso de discurso. O Palácio do Planalto transformou-se num imenso palanque. O verbo é superior às verbas, as intenções suplantam a prática e o governo se submete ao zigue-zague de pressões e contra-pressões, sem identidade e, às vezes, sem nexos. Um exemplo: o "neo-social" que FH acaba de eleger não tem correspondência na prática. Pois a área social só tem ganho mesmo agenda de reuniões, regada de sociologuês. A boa vontade de dona Ruth não basta.

Quando o ministro Bresser reconhece publicamente que o programa social ameaça fracassar totalmente, é sinal de que o governo navega em incertezas. Da mesma forma, a verdade corre longe dos R\$ 100 bilhões que o governo planeja investir, principalmente no desenvolvimento regional. A disponibilidade do governo é de apenas R\$ 10 bilhões, por ano, ou R\$ 40 bilhões em quatro anos.

Gangorra é o que não tem faltado. Depois do archo dado ao crédito, agora a administração volta atrás e inicia um programa de descontração, motivada pelo aumento no número de demissões de trabalhadores em todo o País e pelo ambiente perturbado no setor produtivo. Para ativar a economia promete-se jogar no mercado cerca de R\$ 16 bilhões, dinheiro que certamente vai parar nos bancos. O governo, como caranguejo, anda para os lados e para trás, sob uma chuva de números contraditórios (e exagerados) e análises que conflitam entre si. O preço da cesta básica cai, o mercado aposta em queda da taxa de juros, mas as estatais, pressionadas pelo setor elétrico, estão prestes a aumentar as tarifas.

O ministro José Serra, duro e racional, ferrenho opositor de práticas clientelistas, amolece — para melhorar o perfil político — e des-

peja verbas, mesmo pequenas, para diversos Estados. O ministro Serjão, das Comunicações, há pouco expressando um discurso escancaradamente liberal, rebate o "fervor liberal" do PFL, partido que agora volta a ser, na visão de amigos e colaboradores do presidente (como o professor José Arthur Gianotti), uma excrescência, a mais refinada flor do jardim fisiológico do País.

Escapa, assim, pelos dedos a lógica do primeiro tempo do governo FH. Amparava-se na idéia de reunião, mesmo artificial, de amplas forças políticas, que acabaram emprestando apoio parlamentar, sob a perspectiva da partilha de espaços na administração. Para preservar a tintura da unidade, políticos e os amigos contrariados do presidente, que se diziam afinados com valores de uma "social-democracia" (não muito bem conceituada), foram convidados a tapar o nariz e a calar a boca para endossar o pragmatismo fernandista. Fizeram mais: abençoaram o acordo firmado com o hoje "putrefato" PFL. Entre eles estava o professor Gianotti. Agora, a rebeldia do grupo palaciano emerge, no momento em que o governo trabalha para aprovar uma reforma tributária à sua imagem e semelhança, prorrogar o Fundo Social de Emergência, aumentar o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas e tirar do bolso do contribuinte, sempre que for necessário, um imposto sob a forma de empréstimo compulsório. Ou o governo é inocentemente otimista ou calculadamente exagerado. A inocência é valor ético, e o

exagero, uma tática maquiavélica. O exemplo de exagerar nos pedidos é *manjado*: sugere-se mais para perder menos. Pode ser que a inocência não seja sincera.

A confiança e a auto-suficiência do governo são tamanhas que até parece dispormos de instituições estáveis e convivermos no maior bem-estar, garantidos por uma moeda forte. Chegam a sugerir que as mazelas foram extintas, livrando a população do fisiologismo, dos feudos e das injustiças. É claro que, nesse cenário, políticos e formadores de opinião podem se dar ao luxo de elaborar digressões sobre doutrinas contemporâneas. Tudo balela. Estamos longe do país conceitual e ideológico. Desacordos sobre rótulos como social-liberalismo, social-democracia, neoliberalismo, democracia-liberal, socialismo democrático ou neo-socialismo não passam de truques de quem quer fazer da palavra artifício para esconder deficiências. Trata-se de um jogo de cumplicidade das elites para acariciar egos ressentidos. A discursadeira para definir o governo FH e a união pragmática de partidos em torno de uma sigla única é a prova viva de que o Brasil, na falta de pequenas ações para melhorar a vida dos cidadãos, abusa de retórica para perpetuar suas grandes carências. Ideais partidários e governamentais, hoje, são azeitados pela idéia de poder. Carecem de ética. Sua coloração é a mesma do arco-íris: tem cores para todos os gostos.

■ Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor titular da USP e analista político.